Titulo: Sete estratégias para lidar com os erros
Veículo: A Tribuna Piracicabana - Piracicaba
Página: A2
Tiragem: 3000
Seção: ***
Data: 08/11/2016

O Homem Obsoleto

Ricardo Pazzianotto

A tragédia do século tem nome: chama-se desemprego. Afeta, sobretudo, trabalhadores dos países industrializados com elevado contingente de mão de obra assalariada. Estatísticas divulgadas por organizações especializadas revelam que o desemprego pode ir de 0,20% no pequeno e rico Catar, a 54% no Djibuti. Na Espanha alcança 19,9%, na Itália 11,40%, na Alemanha 4,20%, no Reino Unido 4,90% e Japão 3,10%. Os mais atingidos, segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), são jovens entre 16 e 24 anos de idade.

Convivemos com elevadas taxas de desocupação desde a década de 1980. Breves períodos de prosperidade são sucedidos por pesados anos de retração. Assim ocorreu com o "milagre brasileiro", no governo do presidente Garrastazu Médici (30/10/1969-15/3/1974) e nos primeiros meses do Plano Cruzado (1986). No Brasil o desenvolvimento industrial deu os primeiros passos no Estado Novo de Getúlio Vagas (1937-1945), e ganhou intensidade sob a presidência de Juscelino Kubitscheck (31/1/1956-31/1/1961), construtor de Brasília e responsável pela implantação da indústria automotiva. Jamais, porém, conhecemos desenvolvimento contínuo e sustentável.

Segundo as estatísticas, temos 12 milhões de desempregados. No curto espaço de um ano, desapareceram 2,2 milhões de postos de trabalho. Desempregados, subocupados e inativos somam mais de 22,5 milhões. Parte da responsabilidade cabe à política econômica do PT. Outros fatores, entretanto, contribuem para a crise. O aumento acelerado da população é um deles. Outro a irreversível globalização. Por último o célere avanço da automação e dos sistemas informatizados de produção.

Tomaremos a indústria automotiva como ponto de partida para análise do desemprego. Em 1957, segundo dados da ANFAVEA, 9.773 empregados celetistas produziram 30.542 automóveis de passeio, comerciais leves, caminhões e ônibus. Em 1986 o número de trabalhadores alcançou o total de 129.232, para fabricação de 1.068.756. Em 2013, quando a produção nacional atingiu o pico, foram montados 3.738.448 veículo por 135.343 trabalhadores. Ao examinarmos o período compreendido entre 1957 e 2015 percebemos que, enquanto a produção subiu anualmente em média 7,9%, o número de trabalhadores cresceu apenas 4,3%. Com a abertura do mercado interno às importações em 1990, exigindo das empresas instaladas no País investimentos em produtos e novas tecnologias, o incremento anual da produtividade (número de veículos por empregado), que era da ordem de 7/8 sobe a 10 até alcançar 27 a 30 veículos por empregado. Os segmentos mais atingidos pela tecnologia são a agricultura e o agronegócio. A combinação de tratores, colheitadeiras e carretas extermina empregos permanentes e mão de obra sazonal ou safrista, os chamados boias-frias.

Com o uso intensivo da tecnologia da informação as empresas passaram a obter melhores resultados sem o correspondente aumento do número de trabalhadores. É o que se percebe nos países de industrialização de ponta, e confirmam os dados relativos à nossa indústria automobilística. Ampla literatura nos adverte, desde os anos 80, acerca do desemprego tecnológico, cujas vítimas não conseguem voltar ao mercado, senão em menor porcentagem. Boa parte é atacada pelo obsoletismo e cai em desuso, condenada a viver à margem do mercado regular de trabalho.

Para manter-se viva, no mundo globalizado, as indústrias devem estar adiante do seu tempo. As nossas se atrasaram, encareceram e perderam competitividade. Mudança é a lei da vida econômica, ensinou Galbraith. A proteção em face da automação, prevista no art. 7º, XXVII, da Constituição, não deve ser levada a sério como tentativa inútil de opor barreiras à tecnologia de última geração. Foi disso que se cogitou na década de 70, quando dirigentes sindicais se opuseram à introdução de robôs nas linhas de montagem da indústria automotiva.

> **"A crescente substituição do trabalho humano humano pelas máquinas provocará o desaparecimento da metade das ocupações hoje existentes" Erik Brynjolfsson.**

O art. 1º do Decreto nº 7.618/2012 determina que "O Programa de incentivo à inovação Tecnológica e Adensamento da Cadeia Produtiva de Veículos Automotores - INOVAR-AUTO tem como objetivo apoiar o desenvolvimento tecnológico, a inovação, a segurança, a proteção ao meio ambiente, a eficiência energética e a qualidade dos veículos e das autopeças, nos termos deste Decreto." As diretrizes destinadas a compatibilizar desenvolvimento com geração de empregos estão ali lançadas. O fundamental é que lhes seja dado cumprimento. Nada disso, entretanto, será suficiente se, paralelamente, não se modernizar a anacrônica legislação trabalhista e não se redirecionar o programa educacional, dando-se prioridade às carreiras voltadas à às profissões do futuro.

A moderna tecnologia, produto de pesquisas científicas, sempre é bem vinda. Todas as cautelas, porém, são necessárias para que o trabalho do homem não se torne redundante na expressão de Zygmunt Bauman, ou venha a ser descartado como ferramenta obsoleta.

1 - Registre-se que empresas concorrentes procuram ocultar o índice de produtividade, assunto tratado como segredo industrial. Uma das maneiras de fazê-lo consiste em não revelar o número de terceirizados e temporários.

Ricardo Pazzianotto é sócio da Almir Pazzianotto Pinto Consultoria Ltda.

Sete estratégias para lidar com os erros

Christian Barbosa

Muitas pessoas têm dúvidas a respeito do que fazer quando cometem um erro. Geralmente, essas falhas estão ligadas a decisões ruins tomadas dentro da empresa, na vida pessoal, como a falta de cuidados com a saúde, ou até mesmo com a forma como gerenciamos o tempo.

Independentemente de qual seja o erro, a dúvida mais comum é saber o que fazer quando isso acontece e como consertar o problema. Acredito que o melhor remédio para isso é o tempo, pois, para corrigir qualquer coisa, é necessário um período de reflexão, que ajudará a entender o que foi feito e esclarecer as ideias.

Porém, mais do que tempo, acredito que existem sete pontos básicos que que nos ajudam a refletir a respeito dos erros que cometemos e corrigi-los. São eles:

1 - Tome posse do seu erro: Existem pessoas que preferem ignorar o erro, porém, o primeiro passo é assumir a falha e aceitar. Aliás, tem um livro muito bom sobre essa questão, o "Better under pressure", do Justin Menkes, no qual ele destaca que os melhores líderes são aqueles que assumem os erros, não aqueles que tentam esconder. Afinal, sem aceitação não é possível mudar.

2 - Conserte de alguma maneira: Busque formas de corrigir o erro. Para isso, avalie o que você fez e busque caminhos para realizar de maneira diferente. Tente conversar com as pessoas e pedir desculpas pelo o mal que cometeu.

3 - Perdoe a si mesmo: Algumas pessoas ficam se martirizando e não conseguem achar uma saída para o problema. Na maioria dos casos, a solução está ao lado, basta pedir perdão a quem magoou e para você mesmo, por ter negligenciado algo importante. Os erros estão aí para gerar aprendizados.

4 - Reflita sobre o erro: Tente entender o que causou o erro. Por que aconteceu? Aprenda a refletir sobre ele e usar isso para evitar novas falhas. Afinal, será inevitável não cometer novos erros, isso faz parte da humanidade. O importante é entender que esses deslizes são os responsáveis pelas grandes descobertas do mundo, que transformaram pessoas e fizeram com que elas aprendessem. É nisso que devemos acreditar, sem cobranças excessivas, apenas com um sentimento de aceitação e a vontade de mudar em mente.

5 - Entenda a origem: Por que o erro foi gerado, o que te levou a fazer e o que pode ser modificado? Ao entender a raiz do problema, é muito mais simples corrigir, pois é possível enxergar as razões que levam ao erro.

6 - Esteja comprometido a mudar: Seja honesto com as pessoas que você gosta e magoou. Crie um compromisso com a mudança, empenhado em provar o contrário com ações, mesmo que para isso seja necessário tempo para resgatar a confiança e o companheirismo.

> **O primeiro passo é assumir a falha e aceitar**

7 - Compartilhe o aprendizado: Tem uma pesquisa interessante feita pela Amy Edmondson, da Universidade de Harvard, que avaliou o trabalho de um grupo de enfermeiras e apontou que as melhores profissionais são aquelas que reportaram o maior número de erros no trabalho. Ou seja, quanto mais elas compartilham as falhas, mais aprendizado é gerado. Além disso, quem não compartilha a falha com ninguém, continua errando.

Claro que essas ações não vão acabar com os erros em nossas vidas, isso seria impossível. Faz parte da nossa natureza cometer alguns deslizes. O importante é ressaltar que o erro deve ser visto como um grande aliado, responsável pelo amadurecimento, nunca como um inimigo.

Christian Barbosa é CEO da TriadPS, multinacional especializada em consultoria na área de produtividade, colaboração e administração do tempo.

Coluna do Direito
Frederico Alberto Blaauw

O dever de renegociar no Direito brasileiro

Nossa legislação civil acolheu, no art. 478, do Código Civil, o instituto da resolução contratual, por onerosidade excessiva. Presentes o fato extraordinário e imprevisível, a excessiva onerosidade, a extrema vantagem para uma das partes, pode-se pleitear a resolução.

Com a economia atravessando séria crise, como a que enfrentamos, há quase três anos, a resolução pode ser remédio indesejado, face ao interesse das partes de manter a relação comercial.

Doutrina e jurisprudência passaram a admitir a revisão judicial do contrato, com suporte no art. 479, do Código Civil.

A ausência do reconhecimento do dever de renegociar, em nosso direito, pode trazer prejuízo insuperável à relação contratual.

O dever de renegociar exsurge como dever decorrente de boa-fé objetiva, ainda que seja simplesmente para rejeitá-lo. Encontra fundamento normativo no art. 422, do Código Civil.

Ninguém é obrigado a aceitar propostas de renegociação, mas a boa-fé objetiva impõe que a proposta seja respondida, para fim de corrigir a excessiva onerosidade.

Em situações de crise econômica, o apego excessivo ao pacta sunt servanda não produz, como crê a doutrina tradicional, ganhos de segurança nas relações contratuais. A ausência de instrumentos eficientes e previsíveis para lidar com alterações de circunstancias fáticas, produz insegurança que pode inviabilizar investimentos.

Nossa legislação deixa a desejar, nesse particular, na medida em que, embora atribua efeitos significativos à excessiva onerosidade (resolução e revisão judicial do contrato) deixou de atribuir relevância às propostas de reequilíbrio, ainda que para rejeitá-lo.

O não renegociar contratos desequilibrados, em um cenário adverso, em decorrência de fatos não previstos pelas partes contratantes, quando da celebração, acabarão por levar à consequente insolvência.

A paixão cega pelo pacta sunt servanda exprime um apego à pretensa imunidade do contrato, hoje totalmente em desacordo com o Direito Empresarial no Brasil.

Frederico Alberto Blaauw é mestre em Direito Comercial, advogado, consultor de empresas e professor de Direito Empresarial.

Homicídio de Carlos Marighella

Amadeu R. Garrido de Paula

Depois de 47 anos da emboscada, o MPF começa a investigar as circunstâncias em que aconteceu a morte de Carlos Marighela. Investigar não trará problemas, dado o conhecimento notório dos fatos; Marighella foi surpreendido num "ponto" (local de encontro dos opositores armados do regime militar) e covardemente fuzilado, depois de cercado por volta de 40 policiais, sob o comando do falecido delegado Sérgio Paranhos Fleury. Essa leva de policiais, em tese, cercara um infrator das leis; desarmado, este estava sob o domínio do Estado, que pode prender sem lesionar ou matar. Ocorre que era um Estado de exceção, tomado à força, acostumado a torturar e matar. Aquele grupelho de assassinos remunerado pelos impostos que recolhemos não tinha limites.

O Estado-homicida pratica crime de lesa-humanidade. Seus servidores para o ato, se não punidos pela lei emanada da soberania da respectiva nação, são punidos pelo jus cogens internacional, é dizer, um conjunto de normas imperativas que trespassam aquela soberania e pune os criminosos, ainda que em arrastamento do direito interno. Pode este ter optado pela anistia, pela prescritibilidade, que a pena será aplicada e executada pela Corte Internacional de Justiça, organismo judiciário maior da Organização das Nações Unidas. Infelizmente, não é assim, como propagado pelo politicamente correto.

Não há, no direito internacional, nenhuma norma que constitua um direito cogente, imperativo, incontrastável, que legitime a ação de reprimenda que os homens de bem pretendem. A preocupação com a criação desse superdireito surgiu após a segunda guerra mundial, deslocadamente, na Convenção de Viena sobre o direito dos tratados, em seus artigos 53 e 64.

Diz o primeiro: "É nulo o tratado que, no momento de sua conclusão, conflite com normas imperativas de direito internacional geral. Para os fins da presente Convenção, uma norma imperativa de caráter internacional geral é uma norma aceita e reconhecida pela Comunidade Internacional dos Estados em seu conjunto, como norma da qual nenhuma derrogação é permitida e que só pode ser modificada por nova norma de direito internacional da mesma natureza." Já o artigo 64 dispôs: Se sobrevier uma nova norma imperativa de direito internacional geral, qualquer tratado existente em conflito com essa norma torna-se nulo e extingue-se."

Como se observa, o jus cogens foi imposto sobre os tratados internacionais, não sobre atos sórdidos como o ora comentado. Algo anódino, como grande parte do direito internacional público, porquanto, obviamente, nenhum tratado terá um País signatário que queira contemplar a licitude de crimes de lesa-humanidade. E esses são os únicos artigos que poderiam derrogar leis internas subordinadas.

Evidentemente, são vários os atos internacionais que anatematizam em tal grau de gravidade atos como esse, constantes do anteparo normativo da Corte Interamericana de Direitos Humanos, do Tribunal Penal Internacional, do Estatuto de Roma e do Pacto de São José da Costa Rica. Nenhum deles, porém, ao condenar os atentados aos direitos humanos, erige norma cogente, que atravessasse soberanias internacionais autodeterminadas. Seus autores não se submeteram a tal constrangimento.

> **O Estado-homicida pratica crime de lesa-humanidade**

Essas sanções somente podem ser impostas pela Corte Internacional de Justiça, a qual, todavia, é submissa ao consentimento do respectivo Estado; no caso, o Estado brasileiro. Caso contrário, nada pode fazer, a não ser pela douta, mas equivocada, opinião de insignes tratadistas, como se vê da lição de Olívia Raposo da Silva Telles, verbis: "Essas disposições, pela importância das matérias tratadas para a sobrevivência da humanidade, levam a crer que, também, a competência da Corte, na falta de acordo entre as partes prevendo outro modo de solucionar a controvérsia, é ditada pelo direito internacional geral, não sendo necessário o consentimento expresso das partes, malgrado a letra do Estatuto da Corte. O que não se pode conceber, na atual fase de evolução do direito internacional e que havendo alegada violação de normas do jus cogens não haja instância internacional competente para julgar a controvérsia, por falta de consentimento expresso de uma das partes." ("Competência para aplicar o jus cogens internacional", Migalhas).

Com a devida vênia, o traço inseguro de tal doutrina, abraçada por um sem-número de internacionalistas, emerge de sua própria exposição. O fato é que, efetivamente, não há instância internacional capaz de contrastar o direito interno se não houver concordância do Estado soberano. E essa competência é criada pelo direito positivo das gentes, não pela communis opinio doctorum, por mais abalizada e atenta à contemporaneidade que seja. No caso do Brasil, o impasse ainda se exacerba, porquanto temos uma lei de anistia em vigor que foi declarada constitucional pelo Excelso Supremo Tribunal. E, como disse recentemente em sessão plena o Ministro Luis Fux, há, à espera de julgamento, embargos de declaração interpostos face à decisão, porém sem nenhuma chance de obter efeitos modificativos. Nossa Suprema Corte, ainda que, na época do julgamento, integrada pelo doutor professor Eros Roberto Grau, que sofreu a dor dos espinhos da ditadura, com sua aderência à maioria, considerou constitucional a lei de anistia porque o Brasil fez uma opção política pelo acordo e, não, pela lei. Nessa circunstância, não só não há concordância do governo brasileiro à atuação da Corte Internacional de Justiça, como oposição a essa atuação, dada a Lei de Anistia.

Não fazemos tais observações com alegria, até porque integramos a resistência às forças militares que surrupiaram o poder do povo brasileiro. O que nos arrepia é o mar de ilusões, que passou a fazer parte da geopolítica brasileira. O que cabe fazer é envidar esforços, por meio do Itamaraty, para dar-se à Corte Internacional de Justiça efetivos poderes para aplicar os atos e tratados que punem, sem limites espaciais, as violações dos direitos humanos, como o genocídio, a tortura, a morte de quem está sob a tutela do Estado, o homicídio oficial, praticado com os recursos financeiros do povo, as chacinas perpetradas pela polícia, as discriminações de qualquer espécie, sem considerar normas internas que atenuem as punições, como, por exemplo, as reguladoras da prescrição.

Amadeu Roberto Garrido de Paula, advogado e poeta. Autor do livro Universo Invisível e membro da Academia Latino-Americana de Ciências Humanas.

A TRIBUNA
PIRACICABANA
Fundado em 1º de agosto de 1974
Diretor: Evaldo Vicente
Diretora: Astir Vallim Vicente
Editor-chefe:
Erich Vallim Vicente
Gerente comercial:
Sidnei Borges
Rua Tiradentes, 647 - Sala 01
Centro - 13400-760 - Piracicaba/SP
Tel.: (19) 2105-8555
www.tribunatp.com.br
Circulação: terça-feira a domingo
Preço avulso: R$ 1,00
Assinatura: R$ 150,00 (anual) e R$ 80,00 (semestral)
Filiado ao Sindjori-SP e à Adjori-SP
CIRCULAÇÃO AUDITADA
ADJORI·SP

